

A “Agenda Maia” e o que ela pode trazer de novo



A ideia em um segundo

Em 2020 Rodrigo Maia deve seguir com uma agenda tripla: institucional, “realista” e governativa. Para cada uma delas a possibilidade de sucesso e as ambições são diferentes, mas o protagonismo do presidente da Câmara dos Deputados deverá se manter, sempre tendo por referência o pleito de 2022.



Foto: Marcello Camargo/Agência Brasil

2019 marcou uma nova forma de relação entre os poderes no Brasil, com mais protagonismo do Poder Legislativo. O presidente Jair Bolsonaro optou por forte comunicação direta com o eleitorado, propiciada e impulsionada pelas redes digitais, e de forma inédita desde 1988, por ações de governo secundárias. Em 2019 abundaram as [MPs fracassadas](#) (já tratadas em número anterior do Farol) e os decretos unilaterais (muitos deles contestados na Justiça e pelo Legislativo), que por sua natureza devem apresentar menor amplitude regulatória. Em seu primeiro ano Bolsonaro editou 537 decretos, enquanto Dilma, Lula e FHC editaram respectivamente 240, 383 e 408.

O Legislativo avançou por uma agenda em certa medida inédita, tanto pelo conteúdo quanto pelo protagonismo que lhe coube. Como tem apontado a maioria dos analistas, foi a Câmara dos Deputados, devido à maior experiência de seu presidente e a uma conformação de poderes interna mais favorável, que tomou a liderança. Como Bolsonaro não dá sinais de mudança na condução do governo, em 2020 o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, deve continuar avançando com sua agenda tripla: institucional, “realista” e governativa.

A [agenda institucional](#) consubstancia o novo papel simbólico que o Legislativo protagoniza em tempos de arroubos autoritários e de forte polarização social. Nessa frente Maia tem se posicionado lado a lado com a defesa da democracia, a racionalidade e a responsabilidade na gestão pública, a defesa do meio ambiente e a manutenção da diplomacia tradicional brasileira. Há por trás disso, sem dúvida, uma concepção ideológica própria, além de objetivos eleitorais, mas o fato é que essa visão de mundo se aproxima mais dos valores republicanos e do programa de sociedade consubstanciados na Constituição Federal de 1988 do que das ações emanadas do Palácio do Planalto. Daí sua posição de defesa e manutenção de uma ordem simbólica e institucional.

Nesse sentido Rodrigo Maia tem repudiado [falas impróprias contra a democracia](#), como a pretensa lentidão das transformações na sociedade democrática e os clamores por um novo AI-5. Patrocina a criação de um [observatório de direitos humanos da ONU](#) no Brasil, tem cuidado da manutenção das políticas de defesa do meio ambiente tentando criar uma coalizão entre interesses agroexportadores modernos e forças ambientalistas e, na mesma linha de “consequencialismo”, rechaçou uma disruptiva pauta de costumes em prol de discussões sobre reformas econômicas. Da mesma forma, tem agido com presença relevante na diplomacia, sobressaindo até agora o seu esforço para apagar arestas com tradicionais aliados (como Argentina e países europeus) e reparar estragos na diplomacia ambiental brasileira. Em 2020, essa agenda institucional deve permanecer fortalecida, pois o Executivo não dá mostras de mudança de rumo e Rodrigo Maia constrói um capital reputacional que lhe será muito importante adiante, mantendo aberto o espaço para um discurso mais moderado e centrista diante da polarização Bolsonaro x PT.

A **pauta “realista”** trata das escolhas difíceis no âmbito da federação e dos embates dentro da classe política. A principal delas tem a ver com a atenção às finanças subnacionais. Pautas de resgate fiscal de estados e municípios ganharão mais força em razão da ausência de uma forte recuperação econômica que dê fôlego às receitas de estados e municípios, da provável lentidão das mudanças fiscais emergenciais e até mesmo da relativa timidez daquilo que tem sido proposto e pode ser aprovado nessa área (temas já tratados em números anteriores do **Farol Político**).

Uma disputa já iniciada em 2019 refere-se à Lei Kandir. Estados alegam direitos na casa de centenas de bilhões de reais, enquanto a União não reconhece passivo nenhum. O Legislativo deverá arbitrar a questão, e há prazo determinado pelo STF para fazê-lo: fevereiro de 2020. Rodrigo Maia já cobrou protagonismo do Legislativo na decisão e foco nas questões correntes, optando por apartar o passivo histórico para outra ocasião a fim de facilitar arranjos mais imediatos. Alguém vai sair perdendo, ou a União ou os entes subnacionais, e a bola estará de novo com o Legislativo.

Outras ações no horizonte são a regulamentação da securitização de dívidas estaduais (PLP 459/2017), que pode criar um mercado relevante de direitos tributários e dar folga aos caixas estaduais; a postergação do pagamento de precatórios, também no mesmo sentido; e o **“Plano Mansueto”** (PLPI 49/2019), que reestrutura as condições de financiamento para estados endividados.

O realismo da agenda está na sempre difícil equação de perdas e ganhos entre os entes federados, ao mesmo tempo em que a situação fiscal de todos eles encontra-se muito pressionada por despesas crescentes e receitas insuficientes. Sobrevoando a disputa, os interesses eleitorais, sempre dependentes de verbas e realizações de governo. Caberá a Rodrigo Maia desatar nós que podem lhe cacifar como ator político central no balanço de forças entre a União e os entes subnacionais, assumindo em mais uma esfera um protagonismo que historicamente é do chefe do Executivo.



Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

A **agenda governativa** abarca uma série de iniciativas de reformulação de marcos regulatórios com uma visão pró-mercado. Trata-se, fundamentalmente, de uma agenda microeconômica destinada a impulsionar o crescimento econômico do país.

Os temas em questão incluem a **Lei de Licenciamento Ambiental** (PL 3729/2004), agora em compasso de espera devido à condução explosiva da pauta ambiental pelo Executivo; a **autonomia do Banco Central** (PLP 112/2019); um novo marco legal das concessões (PL 7063/2017); uma nova lei cambial (PL 5387/2019), que avança rumo à conversibilidade do real e facilitação das transações internacionais; e as mais ostensivas propostas em pauta, as reformas **administrativa** e **tributária**.

Ao lado dessa agenda governativa pró-mercado caminha uma **pauta social** (até o momento focada em aprendizagem de jovens e o Bolsa Família), ainda em estágios iniciais e conduzida por um grupo de jovens parlamentares a quem se aliou estrategicamente Rodrigo Maia. Bastante ambiciosa, a pauta governativa é a que pretende modificar o papel do Estado no Brasil.

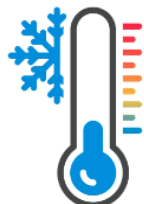
Para 2020 espera-se que Rodrigo Maia continue na liderança da condução de todas as pautas referidas, mas as possibilidades de avanços são distintas. No aspecto simbólico-institucional sua situação parece consolidada como antagonista dos arroubos autoritários do governo. Quanto à agenda de atendimento aos estados, ela chegará com a força e a urgência das finanças quebradas necessitadas de ajuda, mas o embate será difícil, pois trata-se de interesses concretos da União, que é em geral o lado perdedor quando do atendimento dos pleitos subnacionais. Por fim, a pauta governativa consubstancia um rol de iniciativas que vão se beneficiar da tendência pró-reforma presente no Congresso que tomou posse em 2019, mas exigirá muito esforço de articulação.

De fato, a agenda eleitoral que se imporá no segundo semestre e as forças de fragmentação sempre presentes (devidas à multidimensionalidade das reformas e aos diversos grupos de interesse e partidos) exigirão que o Rodrigo Maia tome decisões estratégicas e foque em alguns alvos abandonando outros. E tudo isso se movendo diante de um Executivo em boa medida ausente das articulações e de um cenário eleitoral que continua a se desenhar tenso e radicalizado para 2022.

TERMÔMETRO

NA GELADEIRA

Reforma tributária



Prioridade de 2020, segundo os presidentes da Câmara e do Senado, a reforma tributária começou o ano estacionada. O desacordo entre os textos das duas Casas, o não envio de uma proposta do governo e a falta de entendimento para a formação da comissão mista que tratará do assunto são os principais entraves.

Aneel

A interferência do presidente Jair Bolsonaro sobre as discussões da taxa da energia solar escancarou o enfraquecimento institucional da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que trata do assunto. Bolsonaro pressionou publicamente a Aneel a desistir da cobrança, ignorando a autonomia do órgão regulador. Diretores da agência já sinalizaram que vão ceder ao presidente.

NA CHAPA QUENTE

Vitória de Doria



Conduzida pelo governador João Doria, a concessão de mais de 1,2 mil km de rodovias, a maior já realizada no país, alcançou um ágio de 7.209% sobre a outorga mínima. O resultado renderá R\$ 14,1 bilhões para o estado. Ponto para o tucano, pré-candidato a presidente.

Reforma fiscal

As três propostas de contenção de gastos enviadas pelo governo, somadas à PEC do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) e ainda a algum tipo de reforma administrativa, convergem para se tornar uma reforma fiscal. O avanço é sinalizado pelo apoio recorrentemente manifestado pelos presidentes da Câmara e do Senado.

Resumo da Semana

GOVERNO

Bolsonaro e Petrobras decidem não intervir no preço do petróleo

Foto: Alan Santos/PR



Bolsonaro em encontro esta semana com o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque

- O governo brasileiro não vai interferir nos preços do petróleo, que subiram desde o início do conflito entre Estados Unidos e Irã.
- O anúncio foi feito após reunião entre o presidente Jair Bolsonaro, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, e o diretor da Agência Nacional de Petróleo, Décio Oddone.
- “Agora [o aumento] está em 3%, [dentro do aceitável](#)”, justificou Bolsonaro.

Posição pró-EUA causa desgaste com o Irã

- A [nota do Itamaraty](#) que endossa o ataque dos EUA ao Irã provocou tensão diplomática entre o Brasil e o país do Oriente Médio.
- O governo iraniano [convocou para dar explicações](#) a encarregada de negócios da embaixada brasileira, Maria Cristina Lopes.
- Principal beneficiário da relação comercial com os iranianos, o agronegócio pediu ao governo, por meio da bancada ruralista, que o Brasil se mantenha neutro na disputa [para evitar retaliações](#).

Governo admite dificuldade para privatizar Correios

- O presidente admitiu, na terça-feira (7), dificuldades para cumprir sua promessa de campanha de privatizar os Correios. Também admitiu [não ter certeza da eficácia](#) da medida.
- “Se pudesse privatizar hoje, privatizaria. Mas [não posso prejudicar](#) o servidor dos Correios”, declarou.
- O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), [sugeriu outro caminho](#) ao presidente: “Não precisa privatizar. Se quebrarmos o monopólio, vamos conseguir concorrência, melhorar o serviço e com um custo menor”.

Presidente cancela viagem a Davos

- Jair Bolsonaro confirmou na quarta-feira (8) que não participará do [Fórum Econômico Mundial](#) de Davos, a ser realizado de 21 a 24 de janeiro.
- A ida do ministro da Economia, Paulo Guedes, está confirmada.

Resumo da Semana

LEGISLATIVO

Maia e Alcolumbre se posicionam contra “taxação do sol”



Foto: Agência Brasil

- Os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), se manifestaram na segunda-feira (6) contra uma resolução estudada pela Aneel que acabaria com os subsídios para energia solar.
- A medida foi **amplamente criticada** pelo presidente Jair Bolsonaro, que disse que a Aneel reviu a posição.

JUDICIÁRIO

- O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, **voltou atrás** na decisão de manter o DPVAT nos moldes de 2019.
- Toffoli acolheu o pedido do governo federal para reduzir os valores do seguro obrigatório que atende as vítimas de acidentes de trânsito no Brasil.
- Com isso, o valor do DPVAT terá uma redução de 68% para os carros de passeio e de 86% para as motos neste ano.

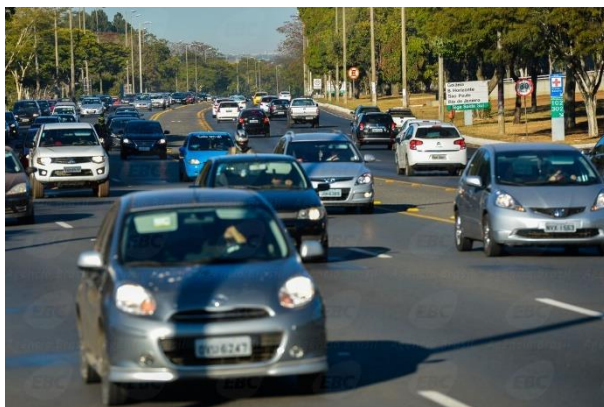


Foto: José Cruz/Agência Brasil

Assine os produtos exclusivos do **Congresso em Foco**

Principal site especializado em política do país, o **Congresso em Foco** possui uma equipe de excelência, com formação multidisciplinar, que também oferece os seguintes serviços a assinantes:



Enviado por email ou celular às sextas-feiras, traz análises profundas, equilibradas e absolutamente imperdíveis do cenário político e econômico, sempre de olho no que foi e no que ainda está por vir.



Pesquisa trimestral com os líderes do Congresso, possibilita compreender suas percepções em questões como avaliação de políticas públicas e chances de aprovação de matérias em tramitação.



Por meio de flashes por celular, antecipa informações estratégicas, envia integrais ou agendas, seleciona o que é mais importante para o assinante e permite total interação entre o cliente e a equipe de produção.



Pesquisa com o conjunto dos deputados e senadores, realizada sob encomenda, propicia uma visão profunda e única do Congresso, dos congressistas e de como eles encaram temas políticos, econômicos ou culturais.

Expediente

O **Farol Político** é uma publicação da empresa Caracol Web Pesquisas e Dados Ltda., também responsável pelo site Congresso em Foco.

Fundador: Sylvio Costa

Sócio-gerente: Felipe Aguiar

Gerente administrativa e financeira: Carlês Barroso

Gerente de marketing: Marianna Rodrigues

PRODUÇÃO

André Sathler – economista, formado pela UFMG, é doutor em Filosofia e mestre em Comunicação Social e em Informática.

Ricardo de João Braga – economista e cientista político, tem mestrado pela Universidade de Siegen (Alemanha) e doutorado pela Uerj.

Sylvio Costa – jornalista, com passagem por diversas redações, é mestre em Comunicações pela Universidade de Westminster (Londres).

EQUIPE DE CONTEÚDO DO CONGRESSO EM FOCO

Editor-executivo: Edson Sardinha

Redação: Erick Mota, Lauriberto Pompeu, Larissa Calixto, Marina Barbosa, Patrícia Martins e Victor Farias

Designer: Eli Nunes

Cientista de Dados: Lucas Vinícius

Estagiário: Welton Soares

Assine o Farol Político e receba toda sexta-feira este paper exclusivo e ainda:

- Agenda da semana, enviada às segundas-feiras, antecipando os principais fatos previstos para os dias seguintes, nos três poderes, em Brasília;
- 30 dias de degustação gratuita do **Congresso em Foco Premium**, que traz informações estratégicas exclusivas, disparadas em forma de alertas por celular;
- Envio gratuito da edição impressa da **Revista Congresso** em Foco número 31;
- Inscrição na newsletter do **Congresso em Foco**, que traz, aos dias úteis, as principais notícias e os melhores artigos publicados em nosso site.

Entre em contato agora:

comercial@congressoemfoco.com.br
(61) 3226-2433 / Whatsapp: (61) 98249-622

Queremos melhorar este produto

Compartilhe suas críticas e sugestões pelo e-mail premium@congressoemfoco.com.br ou pelo WhatsApp (61) 98249-6222 / 99128-2138